

Tijóá Participações e Investimentos S.A.

**Relatório do Auditor Independente acompanhado
das Demonstrações Contábeis**

Em 31 de dezembro de 2016

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis	3
Relatório da Administração	6
Demonstrações Contábeis	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016	14

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 1º andar
Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3529-9150
www.granthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Tijóá Participações e Investimentos S.A.
Andradina - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Tijóá Participações e Investimentos S.A.** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Tijóá Participações e Investimentos S.A.** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.4, em decorrência do estabelecido na Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.864, de 31 de maio de 2016, foi identificada a necessidade de refletir os ajustes decorrentes dessa Resolução, nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Dessa forma, os valores correspondentes referentes ao balanço patrimonial e as demonstrações de resultado e do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2017.



Ana Cristina Linhares Areosa

CT CRC RJ-081.409/O-3 "S" - SP

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Senhores Acionistas:

De acordo com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, permanecendo à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**Perfil Corporativo**

A Tijoá é a concessionária da usina hidrelétrica Três Irmãos (UHE Três Irmãos), responsável pela administração, operação e manutenção da usina.

A concessão da UHE Três Irmãos foi outorgada para a Tijoá através do Leilão ANEEL 02/2014 e está regulada pelo Contrato de Concessão nº. 003/2014-MME que estabelece o custo de gestão dos ativos de geração (GAG), reajustados anualmente pelo IPCA.

O prazo da concessão é de 30 anos contados de 10 de outubro de 2014.

A UHE Três Irmãos está localizada no município de Andradina, na região do baixo Tietê, possui 5 unidades geradoras, capacidade instalada de 807,5 MW e energia assegurada de 217,5 MW. A usina conta ainda com uma estrutura de duas eclusas e um canal que possibilitam a navegação pela Hidrovia Tietê-Paraná.

A Tijoá também é a prestadora de serviços de operação e manutenção das eclusas e operação do canal pelo prazo de 5 anos, contados de novembro de 2014, através do contrato de prestação de serviços firmado com o DNIT.

Estrutura Societária

A Tijoá está organizada na forma de uma sociedade anônima de direito privado, e conta com dois acionistas: a Juno Participações e Investimentos S.A., com 50,1% das ações, e FURNAS Centrais Elétricas S.A., com 49,9% das ações.

Perspectivas da Administração

Para 2017 a companhia está concentrada na programação para conclusão da recuperação da UG-05 iniciada no segundo semestre de 2016. Também serão concluídas as obras de melhorias do escritório administrativo da usina. No que se refere à gestão ambiental e fundiária, a Tijoá dará seguimento ao seu planejamento para o atendimento às condicionantes da Licença de Operação. Em dezembro de 2016 a ANEEL abriu a Consulta Pública 12/2016 através da qual busca sugestões para a inclusão de adicional de receita associada a melhorias. A Tijoá vê nesse processo uma oportunidade de revisão da Receita Anual de Geração – RAG, tornando o processo de reconhecimento dos investimentos realizado automático, o que adicionará previsibilidade ao negócio.

Principais Realizações de 2016

Em 2016 com a divulgação da Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.864, que permitiu a Tijoá iniciar o processo de recuperação da UG-05, a companhia contratou a Andritz Hydro S.A para prestação dos serviços e fornecimento dos equipamentos necessários à recuperação da UG-05.

A Companhia manteve seu índice de disponibilidade acima do mínimo exigido, o último índice verificado no ano de 2016 foi de 92,811%.

Desempenho Econômico e Financeiro

O desempenho econômico e financeiro corresponde as operações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi:

Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro (Em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
(+) Receita anual de geração (RAG)	123.993	101.474
(+) Receita de serviços	3.618	3.296
(=) Receita bruta	127.611	104.770
(-) Tributos	(11.913)	(9.786)
(=) Receita operacional líquida	115.698	94.984
(-) Encargos de geração	(69.499)	(53.872)
(-) Custos de O&M	(18.195)	(20.258)
(-) Custos com pessoal	(5.284)	(3.448)
(-) Seguros operacionais	(1.125)	(742)
(=) Lucro operacional	21.595	16.664
(-) Despesas gerais e administrativas	(3.477)	(5.429)
(=) EBITDA	18.118	11.235
(-) Depreciação e amortização	(459)	(165)
(=) EBIT	17.659	11.070
(-) Resultado financeiro líquido	(661)	1.482
(=) Lucro antes do IR e CS	16.998	12.552
(-) IRPJ e CSLL	(5.899)	(4.238)
(=) Lucro líquido do exercício	11.099	8.314

O EBITDA de 2016 atingiu o valor de R\$ 18 milhões e o Lucro Líquido do exercício foi de R\$ 11 milhões.

Recursos Humanos

Em 2016 foram realizados treinamentos técnicos com a equipe de trabalho. Também foram finalizadas todas as medidas de adequação de segurança da UHE Três Irmãos, a fim de garantir a saúde e segurança ocupacional dos colaboradores.

Meio Ambiente

A Licença Ambiental de Operação da UHE Três Irmãos foi emitida para a Tijoá pela CETESB em 10 de outubro de 2014 e tem validade até 2 de dezembro de 2021. Todas as condicionantes da Licença Ambiental de Operação estão sendo cumpridas.

Agradecimentos

Registramos, nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração da Companhia pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, assim como a todos os demais que direta ou indiretamente contribuem para o cumprimento da missão da concessionária.

Conselho de Administração

Presidente: João Luiz Fontes de Almeida; Titulares: Antônio Costa e Costa, Carlo Alberto Bottarelli, Luiz Alberto Kuster, Luiz Eduardo Manara, Marise Grinstein; Suplentes: Anamar Miranda Lacerda, Marina Mayo Germano Albernaz, Ramon R. Vieira de Carvalho, Sandro Antônio de Lima

Conselho Fiscal

Titulares: Ana Paula dos Santos Pereira, Sergio Tadeu de Souza Pinto, Bruno Shigeyoshi Oshiro; Suplentes: Rodrigo dos Santos Sirena, Fernando da Cunha Loureiro, Alexandre Ralf Slavic

Diretoria

Presidente Diretor Técnico: Newton Lins Buarque Sucupira Filho

Diretor Administrativo e Financeiro: Carlos Henrique Scalco

Contadora

Jaqueline Gnoatto

CRC RS-075304/O-3 "S" - SP

Tijoá Participações e Investimentos S.A.

Balanço patrimonial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Notas	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.479	1.807
Aplicação financeira vinculada	5	11.570	9.084
Contas a receber	6	18.613	10.143
Impostos a recuperar	7	487	1.311
Materiais em estoque		147	-
Outros créditos	8	1.091	1.089
Total do ativo circulante		40.387	23.434
Ativo não circulante			
Imobilizado	9	20.266	3.982
Intangível	10	1.133	1.076
Total do ativo não circulante		21.399	5.058
Total do ativo		61.786	28.492

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijoá Participações e Investimentos S.A.

Balanco patrimonial para os exercicios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)
Passivo circulante			
Fornecedores	11	649	1.060
Encargos do setor	12	9.386	6.266
Partes relacionadas	13	2.582	4.078
Salários e encargos sociais a recolher		640	739
Impostos e contribuições a recolher	14	859	1.522
Adiantamento - Reparo UG 5	15	10.373	8.782
Dividendos a pagar	16.3	185	-
Outras obrigações		67	67
Total do passivo circulante		24.741	22.514
Passivo não circulante			
Obrigações especiais	6	21.153	-
Total do passivo não circulante		21.153	-
Patrimônio líquido			
Capital social	16.1	13.801	11.301
Reservas de lucros	16.2	2.091	926
Prejuízos acumulados		-	(6.249)
Total do Patrimônio Líquido		15.892	5.978
Total do passivo e patrimônio líquido		61.786	28.492

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijóá Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)
Receita líquida de produtos e serviços	17	97.534	86.638
Custo dos produtos e serviços	18	(75.959)	(69.984)
Lucro bruto		21.575	16.654
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	(3.916)	(5.584)
Lucro antes do resultado financeiro		17.659	11.070
Despesas financeiras	20	(1.279)	(214)
Receitas financeiras	20	618	1.696
Lucro antes do IRPJ e da CSLL		16.998	12.552
Despesa de IRPJ e CSLL	22	(5.899)	(4.238)
Lucro líquido do exercício		11.099	8.314
Lucro por ação - R\$		0,80	0,74

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijó Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas de lucros		Lucros / Prejuízos Acumulados	Total	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido e adiantamento para aumento de capital
		Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros				
Em 31 de dezembro de 2014	1	71	956	-	1.028	1.300	2.328
Aumento de capital	16.1	11.300	-	-	11.300	(1.300)	10.000
Lucro líquido do exercício		-	-	8.314	8.314	-	8.314
Destinação do lucro líquido:							
Constituição de reservas	16.2	-	855	(855)	-	-	-
Distribuição de dividendos		-	-	(956)	(13.708)	-	(14.664)
Em 31 de dezembro de 2015 - Reapresentado		11.301	926	(6.249)	5.978	-	5.978
Adiantamento para futuro aumento de capital	16.1					2.500	2.500
Aumento de capital	16.1	2.500	-	-	2.500	(2.500)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	11.099	11.099	-	11.099
Constituição de reservas		-	242	923	(1.165)	-	-
Distribuição de dividendos	16.3	-	-	(3.685)	(3.685)	-	(3.685)
Em 31 de dezembro de 2016		13.801	1.168	923	-	15.892	15.892

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijóá Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u> (Reapresentado)
Das atividades operacionais		
Lucro antes do IR e CSLL	16.998	12.552
	-----	-----
	16.998	12.552
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado/ consumido nas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	459	165
	-----	-----
Resultado ajustado	17.457	12.717
	-----	-----
Decréscimo/ (acrécimo) de ativos		
Contas a receber	(4.079)	(1.608)
Estoques	(147)	38
Impostos a recuperar	824	(80)
Outros créditos	(2)	(530)
	-----	-----
Acrécimo/ (decrécimo) de passivos		
Fornecedores	(411)	(847)
Encargos do setor	3.120	40
Partes relacionadas	(1.496)	2.479
Salários e encargos sociais a recolher	(99)	689
Impostos e contribuições a recolher	(1.760)	(670)
Outras obrigações	16.762	8.847
Impostos e contribuições pagos	(4.802)	(4.381)
	-----	-----
Caixa gerado nas atividades operacionais	25.367	16.694
	-----	-----
Das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(16.800)	(5.223)
Aumento de capital	2.500	10.000
Dividendos pagos	(3.500)	(14.999)
Aplicação financeira vinculada	(895)	(9.084)
	-----	-----
Caixa (aplicado) nas atividades de investimento	(18.695)	(19.306)
	-----	-----
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	6.672	(2.612)
	=====	=====
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.807	4.419
No final do exercício	8.479	1.807
	-----	-----
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	6.672	(2.612)
	=====	=====

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Tijoá Participações e Investimentos S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, constituída em 23 de setembro de 2011, que tem por objeto a exploração de potenciais hidráulicos para fins de geração de energia elétrica na usina Três Irmãos (Usina) e de atividades correlatas e auxiliares à exploração desses aproveitamentos e respectivas instalações, observadas as normas regulamentares aplicáveis.

A Companhia detém a concessão em regime de alocação de cotas de garantia física e de potência da Usina até 10 de outubro de 2044, conforme Contrato de Concessão nº 03/2014-MME, assinado em de 10 de setembro de 2014, outorgado pela União, através da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O Contrato determina que toda garantia física de energia e de potência da Usina será alocada, integralmente, em regime de cotas destinadas às Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN, a Concessionária, será remunerada por receita decorrente da aplicação da tarifa calculada pela ANEEL denominada Receita Anual de Geração (RAG), a qual passou a perceber receita a partir de outubro de 2014.

Os investimentos realizados pela Concessionária, seja de ampliação ou melhoria, serão avaliados e incorporados à RAG no processo de revisão tarifária subsequente.

A Usina localiza-se no município de Andradina, SP com uma potência instalada total de 807,5 MW e energia assegurada 217,5 MWh.

2. Elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1. Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Resoluções emitidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Data de aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pela diretoria em 17 de janeiro de 2017, e autorizadas para encaminhamento a Assembleia de Acionistas pelo Conselho de Administração em 24 de janeiro de 2017.

2.2. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor 31 de dezembro de 2016

Diversas normas e interpretações foram emitidas pelo CPC e IASB, mas ainda não adotadas até a data de emissão destas Demonstrações Contábeis. A Companhia está avaliando os reflexos destas normas, quando aplicáveis, no entanto, não devem trazer impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia:

- IFRS 9 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018) – Instrumentos financeiros (Financial Instruments);
- IFRS 15 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018) – Receita de Contratos com Clientes (Revenue from Contracts with Customers).

2.3. Julgamentos e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis utilizados na preparação das demonstrações contábeis, que de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

2.4. Reapresentação dos valores correspondentes

A Usina Hidrelétrica Três Irmãos (UHE Três Irmãos), cuja concessão atualmente é detida pela Tijoá Participações e Investimentos S.A. (Tijoá), tinha como concessionária até o dia 09 de outubro de 2014 a Companhia Energética de São Paulo (CESP). Durante a concessão da CESP ocorreu um sinistro na Unidade Geradora nº 05 (UG-05) da referida usina e a CESP acionou o seguro vigente à época, objetivando contratar os serviços e os equipamentos necessários à recuperação da unidade. Ocorre que o reparo não foi realizado pela CESP, de forma que, extinto o prazo de vigência de sua concessão, foi realizado novo leilão da UHE Três Irmãos, sem que os referidos serviços de reparo fossem contratados. Nesta esteira, a Tijoá logrou-se vencedora do certame e assumiu a concessão no dia 10 de outubro de 2014, após um mês de operação assistida, com apenas 4 unidades geradoras funcionando, pois a UG-05 permanecia a espera de reparo. Dessa forma, a ANEEL, Agência reguladora do setor, entendeu que seria responsabilidade do novo concessionário, Tijoá, efetuar o serviço de reparo, mas determinou que para tanto fosse utilizado o valor do seguro vigente à época do sinistro. Após o recebimento pela CESP do montante do seguro, esta repassou a indenização para a Tijoá (R\$ 8.782), cujo valor foi registrado como “outras receitas” na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Entretanto, em 31 de maio de 2016, a ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 5.864, autorizou a Tijoá a concluir o processo de contratação dos serviços e dos equipamentos necessários à recuperação da Unidade Geradora nº 5 – UG-05 da UHE Três Irmãos, no valor total de R\$ 29.334, sem impostos.

Esse montante será inserido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, na liquidação financeira da contratação de cotas de garantia física e de potência, na proporção das respectivas cotas de garantia física e de potência da UHE Três Irmãos para pagamento por cada distribuidora e registrado em contrapartida da conta “Obrigações especiais – Passivo não circulante”.

Adicionalmente, essa mesma Resolução, estabelece que o prêmio do seguro supracitado é parte integrante desse ressarcimento financeiro e será descontado das últimas parcelas do cronograma de desembolso estabelecido pela ANEEL, logo também deverá ser considerado como “Obrigações especiais”. Dessa forma, com base na referida Resolução, o registro do valor do prêmio de seguros em 31 de dezembro de 2015 deveria ter sido contabilizado no passivo circulante da Companhia a título de adiantamento.

Em função mudança da política contábil acima exposta, os valores relativos ao balanço patrimonial e as demonstrações de resultado e do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2015, originalmente apresentados nas demonstrações contábeis daquele exercício, estão sendo reapresentados para fins de comparação, em conformidade com os pronunciamentos técnicos CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas, Retificações de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, conforme segue:

Balanco patrimonial – Passivo:

	31/12/2015		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
Passivo circulante			
Fornecedores	1.060	-	1.060
Encargos do Setor	6.266	-	6.266
Partes relacionadas	4.078	-	4.078
Salários e encargos sociais a recolher	739	-	739
Impostos e contribuições a recolher	1.522	-	1.522
Adiantamento - Reparo UG-05	-	8.782	8.782
Outras obrigações	67	-	67
Total do passivo circulante	13.732	8.782	22.514
Patrimônio líquido			
Capital social	11.301	-	11.301
Reserva legal	926	-	926
Lucros/prejuízos acumulados	2.533	(8.782)	(6.249)
	14.760	(8.782)	5.978
Total do passivo e patrimônio líquido	28.492	-	28.492

Demonstração do resultado:

	31/12/2015		
	Saldos Originalmente Apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
Receita líquida de prestação de serviços	86.638	-	86.638
Custo dos serviços prestados	(69.984)	-	(69.984)
Lucro bruto	16.654	-	16.654
Despesas gerais e administrativas	(5.584)	-	(5.584)
Outras receitas e despesas, líquidas	8.782	(8.782)	-
Lucro antes do resultado financeiro	19.852	(8.782)	11.070
Despesas financeiras	(214)	-	(214)
Receitas financeiras	1.696	-	1.696
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	21.334	(8.782)	12.552
Despesa de IRPJ e CSLL	(4.238)	-	(4.238)
Lucro líquido do exercício	17.096	(8.782)	8.314

Demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2015		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
Das atividades operacionais			
Lucro antes do IR e CSLL	21.334	(8.782)	12.552
Depreciação e amortização	165	-	165
Resultado ajustado	21.499	(8.782)	12.717
Decréscimo/ (acrécimo) de ativos	(2.180)	-	(2.180)
Acrécimo/ (decrécimo) de passivos	(2.625)	8.782	6.157
Caixa gerado nas atividades operacionais	16.694	-	16.694
Caixa gerado nas atividades de investimento	(19.306)	-	(19.306)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(2.612)	-	(2.612)
Caixa e equivalentes de caixa			
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(2.612)	-	(2.612)

3. Principais práticas contábeis adotadas

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

b) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização conforme os valores demonstrados na Nota Explicativa nº 6.

c) Tributação sobre a renda

Tributos correntes

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculados da seguinte forma:

- i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240;
- ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

d) Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

d.1) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis conforme a situação.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras e outros créditos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

- **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

- **Investimentos mantidos até o vencimento**

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

- **Ativos financeiros ao custo amortizado**

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável.

Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

d.2) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, encargos do setor e outras obrigações.

e) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, de acordo com as taxas definidas pela ANEEL e demonstradas na Nota Explicativa nº 9.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

f) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem direitos de uso de *software*. A amortização é registrada pelo método linear, conforme taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 10.

g) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

h) Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número de ações ordinárias totais, ao fim do exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	76	68
Aplicações financeiras	8.403	1.739
	8.479	1.807

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento financeiro ou outros fins. Em 31 de dezembro de 2016, as aplicações estão representadas por aplicações financeiras mantidas em aplicações de Renda Fixa (CDB) Certificado de Depósito Bancário, remuneradas a 99% do (CDI) Certificado de Depósito Interbancário.

Em 31 de dezembro de 2015, as aplicações financeiras eram representadas por Operações Compromissadas e remuneradas a taxas entre 101,50% a 101,80% do (CDI) Certificado de Depósito Interbancário. A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco.

5. Aplicação financeira vinculada

	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações financeiras	11.570	9.084
	11.570	9.084

Refere-se a indenização líquida do prêmio de seguro no montante de R\$ 8.782, acrescida dos respectivos rendimentos financeiros, cujo saldo líquido será que utilizado para custear as últimas parcelas dos gastos necessários ao reparo da UG-05, parte do valor está aplicado em operações compromissadas remuneradas a taxa 100% do (CDI) Certificado de Depósito Interbancário e o restante em (CDB) Certificado de Depósito Bancário também remunerados a taxa 100% do (CDI) (101,3% do CDI em 31 de dezembro de 2015). Assim sendo, essa aplicação financeira não foi considerada pela Administração da Companhia como “Caixa e equivalente de caixa”. A expectativa de utilização desses recursos está prevista para o primeiro semestre de 2017.

Ainda faz parte desse saldo, o montante já recebido das distribuidoras de energia referente ao ressarcimento financeiro correspondente ao reparo da UG-05 e ainda não aplicado no respectivo reparo.

6. Contas a receber

	31/12/2016	31/12/2015
Contas a receber – Terceiros (i)	590	540
Suprimento de Energia – CCGF (ii)	13.469	9.603
Ressarcimento financeiro reparo UG 5 (iii)	4.554	-
	18.613	10.143

- (i) Montante a receber referente ao contrato 867/2014-DAQ/DNIT, firmado em outubro de 2014;
- (ii) Montante a receber referente energia alocada em regime de cotas destinadas às Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN, e faturadas conforme CCGF-Contrato de Cotas de Garantia Física;
- (iii) Montante constituído referente ao ressarcimento financeiro correspondente ao reparo da UG-05, em contrapartida da rubrica “Obrigações Especiais”, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.864, de 31 de maio de 2016 (Vide Nota Explicativa nº 2.4). Em 31 de dezembro de 2016 o saldo acumulado de “Obrigações Especiais” é de R\$ 21.153.

O quadro a seguir apresenta os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	17.658	10.143
Vencidos até 30 dias	135	-
Vencidos de 31 a 60 dias	105	-
Vencidos de 61 a 90 dias	144	-
Vencidos há mais de 90 dias	571	-
	18.613	10.143

A Companhia tem como procedimento efetuar a provisão para perda do valor recuperável, quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores envolvidos de acordo com o prazo original das contas a receber. O cálculo da provisão é, em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e garantias oferecidas respectivamente. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 não foi constituída a referida provisão.

7. Impostos a recuperar

	31/12/2016	31/12/2015
IRRF aplicações financeiras	-	100
Impostos a recuperar Lei 10.833	-	30
INSS a recuperar	-	237
PIS a recuperar não cumulativo (i)	83	73
COFINS a recuperar não cumulativo (i)	384	335
ISS a compensar	10	9
IRPJ estimativa	-	446
CSLL estimativa	-	81
IRPJ a recuperar	6	-
CSLL a recuperar	4	-
	487	1.311

(i) Os créditos referem-se ao inciso II do art. 3º das Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, as quais regulamentam a sistemática do PIS/COFINS não cumulativo.

8. Outros créditos

	31/12/2016	31/12/2015
Seguros	984	999
Carta fiança	63	34
Adiantamento fornecedores	31	56
Adiantamento de férias	13	-
	1.091	1.089

9. Imobilizado

	Imobilizado em serviço					Imobilizado em curso					
	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Reservatórios barragens e adutoras	A ratear	Máquinas e equipamentos	Adiantamento a fornecedores	Reservatórios barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Peças sobressalentes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	859	269	13	-	2.121	-	-	767	-	-	4.029
Transferências	-	-	-	767	-	-	-	(767)	-	-	-
Depreciação	(24)	(23)	-	-	-	-	-	-	-	-	(47)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	835	246	13	767	2.121	-	-	-	-	-	3.982
Adições	469	-	9	-	647	12.673	2.672	562	136	41	17.209
Transferências	2.768	-	-	-	(2.768)	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	(767)	-	-	-	-	-	-	(767)
Depreciação	(118)	(38)	(2)	-	-	-	-	-	-	-	(158)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.954	208	20	-	-	12.673	2.672	562	136	41	20.266
Taxa média de depreciação %	17%	16%	6%	-	-	-	-	-	-	-	-

A Companhia não segrega valor residual dos principais componentes de seu ativo imobilizado, uma vez que ao final de suas vidas úteis não são esperados resultados positivos com a sua alienação.

Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa de bens do ativo imobilizado, calculados como sendo a diferença entre valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado em que o ativo foi baixado. A depreciação é calculada de forma linear de acordo com as taxas definidas pela ANEEL.

Em junho de 2016, a ANEEL divulgou a Nota Técnica nº 049 com as orientações para a contabilização dos gastos informados no Plano de Investimentos Simplificado. Dessa forma, a Companhia equalizou a interpretação realizando a baixa de valores contabilizados como investimento no exercício anterior na conta de Reservatórios, barragens e adutoras.

10. Intangível

	Licenças de uso e Software	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-
Adições	1.194	1.194
Amortização	(118)	(118)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.076	1.076
Adições	358	358
Amortização	(301)	(301)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.133	1.133
Taxa de amortização %	20%	-

11. Fornecedores

	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores - Materiais e serviços	649	1.060
	649	1.060

A conta de fornecedores é composta principalmente por saldos a pagar de materiais de manutenção e serviços da mesma natureza.

12. Encargos do setor

	31/12/2016	31/12/2015
P&D – Pesquisa e desenvolvimento	1.119	564
TFSEE - Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	14	18
CFURH – Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	2.969	1.308
TUST – Tarifa de uso do sistema de transmissão	5.284	4.376
	9.386	6.266

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Em conformidade com a Lei 9.991/2000, as concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólicas, solar, biomassa, cogeração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem investir anualmente um percentual de sua receita operacional líquida – ROL em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do setor de energia elétrica. As empresas do setor de geração de energia elétrica, devem investir no mínimo 1% de sua Receita Operacional Líquida – ROL em projetos de P&D regulados pela ANEEL.

Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi criada, pela Lei nº 9.427, de 26/12/1996, e regulamentada pelo Decreto nº. 2.410, de 28/11/1997, com a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura das suas despesas administrativas e operacionais. A Lei nº. 12.783, de 11/01/2013, reduziu a TFSEE de 0,5% (cinco décimos por cento) para 0,4% (quatro décimos por cento) do valor econômico agregado pelo concessionário, permissionário ou autorizado.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pelo uso dos recursos hídricos para a geração de energia. A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL gerencia a cobrança da taxa e a distribuição dos recursos arrecadados entre os municípios, Estados e a União.

Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST)

A Resolução 281, de 1º de outubro de 1999, estabelece as condições gerais de contratação do acesso, compreendendo o uso e a conexão. A cobrança está regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 559/2013 que define o pagamento do uso do sistema de transmissão por meio da aplicação das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST aos sistemas de transmissão de energia elétrica, a operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

13. Partes relacionadas

	31/12/2016		31/12/2015	
	Passivo	Resultado	Passivo	Resultado
TPI - Triunfo Particip. e Investimentos S.A.	4	(345)	7	(193)
Furnas Centrais Elétricas S.A. (b)	385	(4.319)	352	(3.739)
CSE - Centro de Soluções Estratégicas S.A (a)	2.193	(11.988)	3.719	(8.413)
	2.582	(16.652)	4.078	(12.345)

- (a) O montante a pagar a CSE refere-se ao contrato firmado em outubro de 2015, com objeto de AO&M (Administração, Operação e Manutenção) da Usina Hidrelétrica Três Irmãos. Especificamente, com relação a CSE, o impacto no resultado está registrado principalmente como custo de operação.
- (b) Refere-se a valores a pagar da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST).

Os saldos de passivos 31 de dezembro de 2016 e de 2015, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas as operações com partes relacionadas, estão apresentadas no quadro acima e foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

14. Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2016	31/12/2015
IRRF PJ retido de terceiros	38	39
PIS, Cofins e CSLL retidos de terceiros	126	115
INSS retido de terceiros	11	63
ISS retido de terceiros	14	20
IRPJ a recolher	121	-
CSLL a recolher	76	-
PIS a recolher	81	226
COFINS a recolher	373	1.041
ISS a recolher	19	18
	859	1.522

15. Adiantamento - Reparo UG-05

	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)
Adiantamento - Reparo UG-05	10.373	8.782
	10.373	8.782

Refere-se ao prêmio de seguro do prêmio de seguro no montante de R\$ 8.782, acrescida dos respectivos rendimentos financeiros, conforme Resolução Autorizativa nº 5.864 de 31 de maio de 2016 (Vide Nota Explicativa nº 2.4).

16. Patrimônio Líquido

16.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social da Companhia era de R\$ 1 dividido em 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 30 de abril de 2015, o capital social foi aumentado em R\$ 11.300 mediante capitalização do AFAC de R\$ 1.300 e aporte de capital de R\$10.000. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2015 o capital social era de R\$ 11.301 dividido em 11.301.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 25 de abril de 2016, o capital social foi aumentado em R\$ 2.500 mediante capitalização de AFAC. Dessa forma, 31 de dezembro de 2016 o capital social da Companhia é de R\$ 13.801 dividido em 13.801.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Em 08 de julho de 2016 ocorreu a transferência de titularidade das ações da Companhia pertencentes ao Fundo de Investimentos Constantinopla para a Juno Participações e Investimentos S.A.

A distribuição das ações está assim representada:

	31/12/2016	31/12/2015
Juno Participações e Investimentos S.A.	6.914.000	-
Fundo de Investimento em Participações Constantinopla	-	5.662.000
Furnas Centrais Elétricas S.A.	6.887.000	5.639.000
	13.801.000	11.301.000

16.2. Reserva de lucros

	31/12/2016	31/12/2015
Reserva legal	1.168	926
Reserva de retenção de lucros	923	-
Total Reserva de lucros	2.091	926

16.3. Distribuição de lucros (dividendos)

	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	11.099	8.314
(-) Prejuízos acumulados do exercício anterior	(6.249)	-
(-) Constituição da reserva legal - 5%	(242)	(855)
(-) Constituição da reserva de retenção de lucros	(923)	-
	3.685	7.459
(-) Dividendos propostos/pagos	(3.685)	(13.708)
Total de dividendos	(3.685)	(13.708)

Os dividendos pagos no exercício no montante de R\$ 3.500 foram aprovados para distribuição aos sócios na Assembleia Geral Extraordinária - AGE do dia 01 de julho de 2016, e os dividendos pagos no exercício anterior no montante de R\$ 13.708 foram aprovados para distribuição aos sócios na Assembleia Geral Extraordinária - AGE do dia 05 de novembro de 2015.

17. Receita líquida

	31/12/2016	31/12/2015
Receita bruta de vendas (ou serviços)	127.611	104.770
Deduções da receita		
(-) PIS - Programa de integração social	(2.106)	(1.729)
(-) COFINS – Contrib. para financ. da seguridade social	(9.698)	(7.963)
(-) ISS – Imposto sobre serviço	(109)	(94)
(-) Encargos setoriais	(18.164)	(8.346)
(-) Total deduções da receita operacional	(30.077)	(18.132)
Receita operacional líquida	97.534	86.638

18. Custo dos produtos e serviços prestados

	31/12/2016	31/12/2015
Custo serviços de terceiros	(18.175)	(20.258)
Custo com pessoal	(5.304)	(3.448)
Custos com encargos do setor	(51.335)	(45.526)
Depreciação e amortização	(20)	(10)
Seguros	(1.125)	(742)
	(75.959)	(69.984)

19. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal e encargos	(614)	(666)
Honorários da administração e encargos	(1.328)	(1.237)
Serviços de terceiros	(1.280)	(3.250)
Incentivos fiscais	(119)	(175)
Depreciação e amortização	(439)	(155)
Outros	(136)	(101)
	(3.916)	(5.584)

20. Resultado financeiro

	31/12/2016	31/12/2015
Receita financeira		
Rendimento de aplicação financeira	618	1.696
	618	1.696
Despesa financeira		
Comissões e despesas bancárias	(1.030)	(142)
Outros juros, multas e atualizações	(249)	(72)
	(1.279)	(214)
Resultado financeiro	(661)	1.482

21. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros como proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxas de juros, conforme política da Administração.

22. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2016	31/12/2015
	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Resultado antes do IR e CSLL	16.998	12.552
Imposto de Renda e Contribuição Social alíquota nominal	(5.779)	(4.268)
Exclusões (adições) exercícios anteriores (a)	(244)	(72)
Incentivos fiscais	-	175
Outros (b)	24	24
Diferença temporária	(40)	44
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado	(5.899)	(4.238)
Alíquota efetiva	34%	34%

Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

- a) Adição realizada em 2016 referente a exclusão no exercício de 2015 dos valores correspondem aos Incentivos fiscais concedidos a Lei Rounet, Lei do Esporte, Fundo da Infância e Adolescência, Lei do Idoso, PRONON e PRONAS. Adição realizada em 2015 referente a exclusão no exercício de 2014, dos valores correspondentes as provisões de receitas do contrato 867/2014 – DAQ/DNIT.
- b) Parcela isenta do adicional de Imposto de Renda.

23. Seguros (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Coberturas	Vencimento	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade civil	07/11/2017	20.000	53
Riscos operacionais	07/11/2017	326	1.069
Veículos	01/12/2017 e 25/05/2017	249	10

24. Remuneração dos administradores

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 25 de abril de 2016 foi aprovada a proposta de remuneração global dos Administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia no montante de até R\$ 3.000.

A destinação deste montante será dada pelo Conselho de Administração, sendo certo que, no que se refere à remuneração dos membros do Conselho Fiscal, será observado o disposto no parágrafo 3º do art. 162 da Lei da S.A.

A remuneração total do pessoal chave da Administração reconhecida no resultado dos períodos está apresentada no quadro da Nota Explicativa nº 19.

* * *